

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FAMÍLIA PERNAMBUCANA POR CRIANÇAS

Autora: Fernanda Siqueira Ribeiro - fsiqueira_psico@hotmail.com

Co-autora: Fátima Maria Leite Cruz – fatimacruz@yahoo.com

Instituição: Pós-graduação em Psicologia - Universidade Federal de Pernambuco.

1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa versa sobre as representações sociais da família e família pernambucana por crianças, e emerge das discussões atuais sobre as concepções de família, dos estudos sobre o desenvolvimento sócio-afetivo de crianças, e as especificidades das relações entre estes eixos no estado de Pernambuco. A proposta é interligada a uma pesquisa de âmbito nacional do grupo de trabalho “*Memória, Identidade e Representações Sociais*” que integra a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). A partir do projeto “*Análise Psicossocial da Memória Histórica dos ‘Anos Dourados’, em Três Gerações de Quatro Capitais Brasileiras*” coordenado pelo Prof. Celso Pereira de Sá, as representantes de Pernambuco – Prof^a Fátima Santos e Prof^a Fátima Cruz – elaboraram o projeto-associado “*Família Pernambucana no Contexto dos Anos Dourados*”.

A relevância do estudo justifica-se porque o tema família sempre é polêmico pela sua diversidade e contextualização histórica (ARIÈS, 1981) política, econômica, social e se faz objeto de investigação pela confluência com as questões da formação do sujeito e dos valores que conferem os contornos de uma sociedade. Essa ênfase é dada no contexto atual por apresentar muitas desigualdades sociais, como repercussão do sistema econômico capitalista que enfatiza o consumo, a competição, e o individualismo como centro para a construção dos projetos de vida. A família, portanto, é constitutiva direta e indiretamente de referências para a formação de novas gerações, tais como cuidado, proteção e amparo das crianças, bem como a educação, o afeto e a construção da identidade. Esta relevância é confirmada, pois:

Em nossa moderna cultura o indivíduo vale muito mais do que a comunidade; nossos laços são estabelecidos mais em função de uma satisfação pessoal do que de alianças e tradições. Nossas identidades são negociadas e apoiadas, prioritariamente no real dos atos, tais como corpo, etnia, indumentária, preferência sexual, do que na cadeia das filiações simbólicas e geracionais e nas tradições (VILHENA, 2004 p.07).

Em particular, no estado de Pernambuco, com sua construção histórica e política específicas, geradora de muitos conflitos, foram demarcadas algumas demandas urgentes. Desde a colonização, tem-se o registro da diversidade social e cultural, com a chegada de europeus, negros-escravos, e a convivência destes com os índios que aqui já habitavam, o que provocou a pluralidade que foi aliada aos interesses e descobertas de riquezas da terra. Esta contextualização, desde o ciclo do pau-brasil (séc. XVI), chegou à época áurea dos poderosos senhores de engenho, no ciclo açucareiro, meados do séc. XIX, até as duas primeiras décadas do séc. XX (GOMES, 2008).

No período do ciclo do açúcar, as famílias pernambucanas se caracterizavam pelo patriarcalismo, com o senhor de engenho detendo todo o poder; era a típica formação de uma família extensa, com todos os integrantes de um mesmo núcleo familiar morando na casa grande: a mulher, os filhos legítimos e bastardos, e os escravos que serviam diretamente, além de alguns outros trabalhadores.

Nesse cenário, o que imperava como referência nas relações sociais era o abuso de poder do senhor de engenho, a submissão da mulher e das crianças. Na decadência desse período, as relações dessa família foram afetadas pela crise econômica, somada à urbanização e a industrialização, nas quais os senhores de engenhos foram perdendo o seu poderio. A casa grande que antes abrigava a todos foi se reduzindo, apresentando uma outra configuração da família até então predominante, aproximada dos modos da família nuclear burguesa, com a esposa e os filhos legítimos e estes passaram a ser investidos de afeto e de projetos que visavam o estudo, como meio de retomada do prestígio social (CAVALCANTI, 1991). Tal dinâmica não era isenta de tensões, conflitos e ambiguidades, próprios dos processos sociais grupais, que aglutinam, simultaneamente, diferentes tempos, referências e contextos em um mesmo momento sociohistórico.

No momento atual, as funções da família estão sendo questionadas, e por toda as mudanças vem sendo referência de leis de proteção e de investimento de políticas públicas. Na legislação são exemplos, a Constituição de Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 226, na qual a família é declarada como base da sociedade e tem especial proteção do Estado; a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de 1993, em que a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice são alvos de proteção (item I do Art. 2º da Lei 8742/93).

Esta legislação de proteção se estende também às crianças e aos adolescentes, vistos na condição de sujeito de direitos, cuja garantia integral, em todos os aspectos, prioriza a família, a comunidade e a sociedade:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à convivência familiar e comunitária (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Art.4º da Lei nº 8.069/99).

No plano das políticas públicas, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004, contempla o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e também enfatiza a família nas suas diretrizes quando afirma: *IV- centralidade na família para concepções e implementações de benefícios, serviços, programas e projetos* (p. 26-27); e entre os objetivos, visa: *assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária* (p. 27). Outro avanço registra-se na SUAS, que constitui a regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais, e que especifica que *os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos [...]* (PNAS, 2004, p.33).

O presente projeto visa, portanto, compreender os sentidos de família e família pernambucana nas representações sociais que as crianças constroem sobre elas. Questiona-se: quais as representações sociais de família e família pernambucana compartilhadas por crianças, em diferentes contextos socioeconômicos? Na construção de representação social de família/família pernambucana, aparece a família de cultura popular e as novas configurações familiares?

Consideramos que ao longo dos tempos, resquícios da memória, de referências anteriores do que se entendia por família, podem ser passados na formação das novas gerações, ao mesmo tempo, que vão sendo incorporadas novas referências. Nas palavras de Vilhena (2004):

a família herdeira do individualismo, sente a refração em si mesma deste mesmo individualismo exacerbado, fazendo com que cada vez mais se façam ouvir os clamores, muitas vezes nostálgicos, pela volta dos valores tradicionais, pelo respeito aos mais velhos, pelo compromisso com o outro (VILHENA, 2004, p.5-6).

Nesta pesquisa, tem-se a referência da Teoria das Representações Sociais (TRS), que enfatiza o conhecimento produzido no senso comum originado das práticas sociais. A TRS enquanto um modelo teórico de conhecimento científico pretende explicar o conhecimento leigo, compartilhado através da comunicação. Esses dois aspectos estão completamente interligados, pois na comunicação se compartilha, e nesse compartilhar, surgem as representações sobre o objeto social (MOSCOVICI, 2003).

A partir desse referencial teórico-metodológico, a proposta é de uma pesquisa qualitativa, que enfatizará o sentido que as crianças dão à família/família pernambucana, pois estes orientam as práticas sociais, através das trocas de comunicação. Pretende-se identificar os elementos cognitivos da construção da representação social, que surgem nessas trocas sociais, como a memória que para Moscovici (2003) tem um destaque, pois é ela que torna o não-familiar em familiar, através dos processos de ancoragem e objetivação. Nas palavras do autor:

A primeira (ancoragem) mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda (objetivação), sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2003, p.78).

Este projeto visa, portanto, investigar esse dois processos (ancoragem/objetivação) que estão presentes no estado estrutural das representações sociais. Mas durante a investigação poderá se observar por um lado, a formação de uma teoria do senso comum, ou por outro lado, apenas a identificação que os sujeitos têm sobre o objeto investigado, como: impressões, opiniões e idéias, o que não significa que construíram uma teoria do senso comum.

Os resultados dos sentidos compartilhados pelas crianças sobre família e família pernambucana, poderão vir a contribuir para a fomentação de políticas públicas na área de proteção à infância e à família, no quadro atual em que as crianças são consideradas como sujeito de direitos.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral:

- Compreender as representações sociais de família e de família pernambucana construídas por crianças.

2.2 Específicos:

- Identificar a relação entre representação social e memória de família;
- Mapear a identidade local sobre família e família pernambucana para as crianças;
- Compreender como foram negociados os significados compartilhados de família/família pernambucana em diferentes pertencas sociais.

3. MÉTODO

A pesquisa buscará investigar um objeto social (a família/família pernambucana) considerado polimorfo, ou seja, que pode assumir diferentes formas de acordo com o contexto social (SANTOS, 2005). Para tanto a proposta metodológica é qualitativa e plurimetodológica (Santos e Cruz, 2008), o que favorece uma ampla possibilidade de investigação do fenômeno, com uma variedade de possibilidades.

Numa pesquisa qualitativa, Chizzotti (1991/2006) afirma que os pesquisadores se dedicam à *análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações [...]* (CHIZZOTTI, 1991/2006, p. 78). A abordagem qualitativa parte do pressuposto, segundo o autor, de que há uma relação dinâmica entre o sujeito e o mundo real; uma interdependência entre o sujeito e o objeto; e entre o mundo objetivo e a subjetividade. Essa proposta, portanto, contempla a investigação que é referenciada aqui pela TRS.

3.1 Universo da pesquisa

Os participantes serão 60 crianças com idades entre 09 e 10 anos, dos contextos de uma escola particular e de uma escola pública, cursando o 5º ano do Ensino Fundamental. A escolha por esse grupo se deve ao fato de no ano anterior os conteúdos sobre o estado de Pernambuco nas disciplinas de História e Geografia integrem o currículo desta série.

3.2 Material

- Roteiro para as crianças desenharem a família e família pernambucana, em seguida descreverem o que desenharam
- Questionário de associação livre - Escrita de cinco palavras que associam para cada termo-indutor: família e família pernambucana
- Hierarquização por ordem de importância das palavras associadas.
- Máquina fotográfica para o registro dos desenhos.
- Filmadora para o registro do trabalho em grupo.

3.3 Procedimento

Solicitar-se-á a realização de dois desenhos. As crianças receberão duas folhas de papel arte para que em uma ela desenhe a família, e na outra a família pernambucana, entregues em momentos diferentes (primeiro o desenho da família, e depois o da família pernambucana). Em seguida (numa folha a parte) descreverão por escrito o desenho e colocarão as cinco palavras (evocação livre) que

para elas identificarão o que é família e família pernambucana. Logo depois será solicitado a hierarquização das palavras por ordem de importância.

No segundo momento será realizado um grupo focal, com 08 crianças, 04 de cada uma das escolas, direcionadas pelas categorias que surgirem dos desenhos, mantendo também as diferenças de idade e sexo. Essa diversidade dos desenhos será o ponto de partida para a discussão no grupo, o que promoverá o debate.

O grupo focal, segundo Flick (2004) funciona como uma entrevista de pessoas em grupo, estabelecida por um número de 6 a 8 participantes. Nesse formato, o entrevistador tem uma postura de flexibilidade, exercita a sua capacidade de ouvir, e objetiva a mediação entre os participantes, pois o grupo favorece o debate e a troca de opiniões balanceadas.

3.4 Análise dos Dados

Na análise das evocações livres, utilizaremos o software EVOC. e a teoria do núcleo central de Abric (1998). Esta afirma que toda representação é organizada em torno de um núcleo, sendo este um elemento fundamental da representação, que determina a sua significação, como também a organização interna.

Para análise dos conteúdos do grupo focal adota-se o software ALCESTE 4.5 e análise de conteúdo segundo Bardin (1977).

REFERÊNCIA

ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: A.S.P. Moreira & D.C. de Oliveira (Orgs) Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB Editora. p. 27-38. 1998.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1981

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa. Portugal: Edições 70. 1977.

BRASIL. Constituição da república federativa do brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em 11 de jun. de 2009.

_____. Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <http://www.congemas.org.br/loas.pdf> Acesso em 09 de jun. de 2009.

_____. Lei Art.4º da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília. 2005.

CAVALCANTI, B. A família em Pernambuco mudanças na família da elite açucareira. 1991. 78f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

CHIZZOTTI, A. Da pesquisa qualitativa. In: Pesquisas em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez. pp.77-88.1991/2006.

FLICK, U. Grupos focais. In: Uma introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Bookman, pp. 180-192. 2004.

GOMES, P. V. Políticas de segurança pública e violência em pernambuco: uma avaliação. Recife. 2008. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/1366711> Acesso em 04 de jun. de 2009.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: S. Moscovici; G. Duveen (orgs.) Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes. pp. 29-214. 2003.

SANTOS, M. F. A teoria das representações sociais. In: M. F. S. Santos e L. M. Almeida. Diálogos com a teoria das representações sociais. Recife, EDUFPE/EDUFAL. pp. 13-38. 2005.

SANTOS, M. de F.S.S. e CRUZ, F.M.L. Família pernambucana no contexto dos anos dourados. Projeto de Pesquisa. Recife, 2008.

VILHENA, de J. Repensando família. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: www.psicologia.com.pt
Acesso em 07 de junho de 2009.